



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº

50 FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

## ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ata da 9ª (nona) reunião ordinária da 4ª (quarta) Sessão Legislativa da 15ª (décima quinta) Legislatura da Câmara Municipal de Santana da Vargem realizada no dia primeiro de abril de dois mil e vinte e quatro. Às dezenove horas do mesmo dia, reuniram-se em sessão ordinária, sob a presidência da vereadora Maria Aparecida de Araújo Reis, os vereadores da Câmara Municipal de Santana da Vargem. O primeiro secretário, o vereador Jackson Luiz realizou a chamada e verificou estarem todos os vereadores presentes. A Presidente declarou aberta a sessão e foi realizada a oração regimental. Iniciando-se o pequeno expediente, foi lida a ata da última reunião, a 8ª (oitava) reunião ordinária. Após a leitura, a ata foi colocada em votação tendo sido solicitado que fosse retificada. Após a retificação a ata foi aprovada e assinada por todos os vereadores. Na sequência foram citados os seguintes documentos: as Indicações de número 6 e 7 de 2024, ambas de autoria do vereador Luiz Filipe; os Ofícios 001 e 002 de 2024 vereador/comissão, ambos de autoria das vereadoras Silmara Girlane e Maria Aparecida; e Ofício 38 de 2024 de autoria do vereador Walter Silva. Não houve inscritos na tribuna livre. No grande expediente foram apresentadas as seguintes proposições: o Projeto de Lei Complementar nº 1 de 2024 que "Acresce o cargo de Subsecretário de Habitação no anexo atribuições, da Lei Complementar 023, de 31 de março de 2022"; o qual, apesar de não ter vindo com pedido de tramitação em regime de urgência, foi colocado em votação a urgência, tendo sido rejeita pelo plenário por 7 votos a 02, tendo sido aprovado por apenas os vereadores Jackson e Vitor Júnior. Em seguida foram apresentadas as seguintes proposições: com pedido de urgência, o Projeto de Lei Ordinária nº 40 de 2024 que "Cria Projetos/Atividades no PPA, autoriza abertura de crédito adicional especial superavit financeiro no orçamento para o exercício 2024, para atender despesas referentes a Lei Complementar 195/2022 e Decreto 11.525/2023 e dá outras providências" cujo pedido foi aprovado por unanimidade entre os votantes; com pedido de urgência, o Projeto de Lei Ordinária nº 41 de 2024 que "Cria Projeto/Atividades no PPA, autoriza abertura de crédito adicional especial por superavit financeiro no orçamento para o exercício 2024, para atender despesas referentes a Lei Complementar 195/2022 e Decreto 11.525/2023 e dá outras providências" cujo pedido foi rejeitado por unanimidade entre os votantes; com pedido de urgência, o Projeto de Lei Ordinária nº 42 de 2024 que "Dispõe sobre permissão de uso de bem público par aa realização da Expo Santana 2023, e dá outras providências" cujo pedido foi rejeitado por 05 a 04, tendo votado ao contrário os vereadores Luiz Felipe, Carlos César, Ronalthe, Silmara e Maria Aparecida (Lia), entre os votantes; e com pedido de urgência, o Projeto de Lei Complementar nº 2 de 2024 que "Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar 052, de 29 de dezembro de 2023, e dá outras providências" cujo pedido foi aprovado pela unanimidade dos vereadores presentes na sessão. Na sequência, foi colocada a urgência do mesmo projeto em votação pela segunda vez, tendo o Plenário, dessa vez, aprovado por unanimidade. Na ordem do dia foram colocadas em discussão e posteriormente em deliberação, as seguintes proposições: em primeira votação, o 1 - Projeto de Lei Ordinária nº 21 de 2024 que "Autoriza abertura de crédito adicional especial, por superavit financeiro, no orçamento para o exercício 2024 que ", em decorrência dos valores recebidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, através da resolução SES/MG nº 7734 e dá outras providências", o qual foi aprovado por unanimidade entre os votantes; em primeira votação, o 2 - Projeto de Lei Ordinária



nº 22 de 2024 que "Autoriza abertura de crédito adicional especial, pro superavit financeiro, no orçamento para o exercício 2024 que ", em decorrência dos valores recebidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, através da resolução SES/MG nº 7730 e dá outras providências", o qual foi aprovado por unanimidade entre os votantes; em primeira votação, o 3 - Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2024 que "Acresce Projetos/Atividade no PPA, autoriza abertura de crédito adicional especial, por superavit financeiro, no orçamento para o exercício 2024 que ", em decorrência dos valores recebidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, através da resolução SES/MG nº 8383 e dá outras providências", o qual foi aprovado por unanimidade entre os votantes; em primeira votação, o 4 - Projeto de Lei Ordinária nº 25 de 2024 que "Autoriza abertura de crédito adicional especial, por superavit financeiro, no orçamento para o exercício 2024 que ", em decorrência dos valores recebidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, através da resolução SES/MG nº 7799 e dá outras providências", o qual foi aprovado por unanimidade entre os votantes; em primeira votação, o 5 - Projeto de Lei Ordinária nº 26 de 2024 que "Acresce Projetos/Atividades no PPA, autoriza abertura de crédito adicional especial, por superavit financeiro, no orçamento para o exercício 2024 que ", em decorrência dos valores recebidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, através da resolução SES/MG nº 8161 e dá outras providências", o qual foi aprovado por unanimidade entre os votantes; em primeira votação, o 6 - Projeto de Lei Ordinária nº 27 de 2024 que "Acresce Projetos/Atividades no PPA, autoriza abertura de crédito adicional especial, por superavit financeiro, no orçamento para o exercício 2024 que ", em decorrência dos valores recebidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, através da resolução SES/MG nº 8369 e dá outras providências", o qual foi aprovado por unanimidade entre os votantes; em primeira votação, o 7 - Projeto de Lei Ordinária nº 28 de 2024 que "Acresce Projetos/Atividades no PPA, autoriza abertura de crédito adicional especial, por superavit financeiro no orçamento para o exercício 2024 que ", em decorrência dos valores recebidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, através da resolução SES/MG nº 8410 e dá outras providências", o qual foi aprovado por unanimidade entre os votantes; em primeira votação, o 8 - Projeto de Lei Ordinária nº 29 de 2024 que "Acresce Projetos/Atividades no PPA, autoriza abertura de crédito adicional especial, por superavit financeiro, no orçamento para o exercício 2024 que ", em decorrência dos valores recebidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, através da resolução SES/MG nº 8686 e dá outras providências", o qual foi aprovado por unanimidade entre os votantes; em primeira votação, o 9 - Projeto de Lei Ordinária nº 30 de 2024 que "Acresce Projetos/Atividades no PPA, autoriza abertura de crédito adicional especial, por superavit financeiro, no orçamento para o exercício 2024 que ", em decorrência dos valores recebidos pela Secretaria de Saúde de Minas Gerais, através da resolução SES/MG nº 8888 e dá outras providências", o qual foi aprovado por unanimidade entre os votantes; em primeira votação, o 10 - Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2024 que "Acresce Projetos/Atividades no PPA, autoriza abertura de crédito adicional especial, por superavit financeiro, no orçamento para o exercício 2024 que ", em decorrência dos valores recebidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, através da resolução SES/MG nº 9081 e dá outras providências", o qual foi aprovado por unanimidade entre os votantes; em primeira votação, o 11 - Projeto de Lei Ordinária nº 32 de 2024 que "Acresce Projetos/Atividades no PPA, autoriza abertura de crédito adicional especial, por superavit financeiro, no orçamento para o exercício 2024 que ", em decorrência dos valores recebidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, através da resolução SES/MG nº 9061 e dá outras providências", o qual foi aprovado por unanimidade entre os votantes; em primeira votação, o 12 - Projeto de Lei Ordinária nº 33 de 2024 que "Acresce Projetos/Atividades, autoriza abertura de crédito adicional especial por superavit financeiro, no orçamento para o exercício 2024 que ", em decorrência dos valores recebidos pela secretaria de Estado de Minas Gerais, através da resolução SES/MG nº 9070 e dá outras providências", o qual foi aprovado



por unanimidade entre os votantes; em primeira votação, o 13 - Projeto de Lei Ordinária nº 34 de 2024 que "Acresce Projetos/Atividades no PPA, autoriza abertura de crédito adicional especial, pro superavit financeiro, no orçamento para o exercício 2024 que ", em decorrência dos valores recebidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, através da resolução SES/MG nº 9201 e dá outras providências", o qual foi aprovado por unanimidade entre os votantes; em primeira votação, o 14 - Projeto de Lei Ordinária nº 35 de 2024 que "Autoriza abertura de crédito adicional especial, por superavit financeiro, no orçamento para o exercício 2024 que " em decorrência de valores recebidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, através da resolução SES/MG nº 6985 e dá outras providências", o qual foi aprovado por unanimidade entre os votantes; e em primeira votação, o 15 - Projeto de Lei Ordinária nº 37 de 2024 que "Altera a Lei Municipal 1.613, de 05 de abril de 2022 para incluir atribuições de habitações populares nas atribuições da Secretaria Municipal de Assistência Social". O Vereador Luiz Felipe solicitou a leitura do parecer jurídico. Após a leitura o vereador Ronalthe Rocha justificou o seu voto contrário dizendo que ainda não deu tempo de ele realizar uma análise minuciosa do projeto, O vereador Luiz Felipe também justificou seu voto contrário dizendo ter ficado em dúvida sobre a relação do projeto em questão e do projeto sobre habitação, e que se sentia desconfortável para votar o projeto tendo em vista que é muito sério a criação de cargos e atribuições. O vereador Vítor Donizete justificou o seu voto contrário pelas mesmas razões dos colegas e acrescentou que além disso tem um estatuto dos servidores aprovado pela Casa e amparado pelo TAC do Ministério Público. Desta forma o projeto foi rejeitado por 7 (sete) votos contrários contra 1 (um) voto favorável. A Presidente pediu desculpas por ter feito confusão em relação aos projetos. Em prosseguimento à reunião a Presidente concedeu a palavra livre aos vereadores por 5 (cinco) minutos. O vereador Luiz Felipe solicitou que fosse feito um ofício para a Secretaria da Educação a respeito da linha do Mota, sobre quem está fazendo a linha e quais as condições dos ônibus terceirizados que estão realizando transporte, sugeriu que fosse realizada uma parceria entre a Secretaria de Obras e a Secretaria de Saúde para o combate à dengue. O Secretário de Saúde, o Sr. Paulo Ricardo, informou que a Secretaria está atualmente trabalhando no planejamento de mutirões para combater a alta incidência de casos notificados de dengue na cidade, que a intenção seria realizar mutirões escalonados em cada bairro semanalmente, com cuidado e atenção adequados, que muitos pacientes têm abandonado o acompanhamento médico, destacando ser crucial que voltem para coletar material para exames, mesmo após o sexto dia de tratamento, conforme orientação médica. O Secretário ainda informou que o setor de vigilância em saúde está organizando o escalonamento dos bairros para iniciar os mutirões de limpeza em abril, em colaboração com a Secretaria de Obras, visando a eficácia das ações. O vereador Luiz Felipe agradeceu ao Secretário de Saúde, Paulo Ricardo, pelo diálogo e pelo compromisso com o bem-estar da cidade, expressou sua satisfação com o planejamento conjunto da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Obras para realizar ações efetivas de limpeza na cidade, destacou a importância de fiscalizar os terrenos sujos e propôs que a pessoa responsável pela fiscalização tenha o poder de fazer o protocolo na prefeitura, visando agilizar as ações necessárias. O vereador Ronalthe Rocha elogiou a fala do vereador Luiz Felipe sobre a questão dos terrenos sujos, destacando que há alguns anos ele e outros vereadores já haviam sugerido um cronograma para a limpeza desses terrenos, embora na época tenha sido direcionado à Secretaria de Obras. Ele ressaltou que alguns munícipes enfrentam dificuldades para utilizar serviços como a caçamba social e sugeriu que a parceria entre as secretarias de obras e saúde pode facilitar a implementação desse cronograma, trazendo mais organização e dinamismo para a coleta de lixo. O vereador expressou otimismo em relação à colaboração entre as duas secretarias e encerrou sua fala. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos, encerrou a sessão e ordenou que se lavrasse a presente ata, elaborada pelo primeiro secretário Jackson Luiz Venâncio de Souza, nos termos do inciso V do art.

35 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, a qual, após aprovada, poderá ser assinada por todos.



Handwritten signatures in blue ink, including names such as Reis, Wacim, and Donato, along with several stylized scribbles.